

Tribunal Superior do Trabalho		
PREGÃO N.º 125/2003		
(Regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)		
Setor:	SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos	
Tipo:	Menor Preço	
Objeto:	Fornecimento e instalação de piso melamínico	
SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO		
Dia:	19(dezenove) de dezembro de 2003	
Hora:	9 horas	
Local:	SAAN, quadra 3, lote 915, 2º andar, Sala de Licitações	
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL		
Dia:	Segunda a sexta-feira	
Hora:	Das 12h às 18h	
Local:	SAAN, quadra 3, lote 915, 2º andar, Sala de Licitações	
<p style="text-align: center;">Este instrumento contém: <u>Edital com 18 páginas, Anexo I – Planilha de Formação de Preços com 1 página, Caderno de Especificações com 10 páginas, 1(um) disquete com Croqui, Minuta de Contrato com 11 páginas.</u></p>		<p style="text-align: center;">N.º de páginas = 40 + 1 disquete CUSTO DO EDITAL R\$ 6,80(seis reais e oitenta centavos)</p>

ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO NA INTERNET PELA PÁGINA <http://www.tst.gov.br>

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET
RETIRE O EDITAL GRATUITAMENTE ACESSANDO A PÁGINA http://www.tst.gov.br
<u>Em caso de divergência entre o edital distribuído no TST e o disponível na Internet, prevalecerá o primeiro, com as respectivas assinaturas. Informações adicionais podem ser obtidas junto à CPL, no SAAN, quadra 3, lote 915, 2º andar, Brasília, através dos telefones (61) 362-5026 a 5030 ou do endereço eletrônico cpl@tst.gov.br</u>

Pregão n.º 125/2003		
Razão Social:		
Endereço:		
Fone:	Fax:	Data:
Recebido e conferido por:		Rubrica:

1. Objeto da Licitação

- 1.1. O objeto deste certame é a contratação de empresa especializada **para fornecimento e instalação de piso do tipo melamínico a ser realizado nos corredores do Ed. Anexo I, Sede e Anexo II**, conforme detalhado no Caderno de Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária e minuta de contrato anexos.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
- 2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 3.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, e consignar:
 - 4.1.1. O CNPJ e a Razão Social do proponente.

- 4.1.2. Preços unitários e preço total, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, frete e demais encargos, compondo **Planilha Orçamentária** que deverá conter todos os elementos essenciais do modelo em anexo a este edital.
- 4.1.3. Marca, modelo e referência que bem identifiquem os insumos a serem eventualmente utilizados na execução dos serviços cotados, ficando o proponente, em caso de omissão, obrigado a fornecê-los da marca indicada pelo TST.
- 4.1.4. Garantia mínima dos serviços de 1 (um) ano e dos materiais empregados de 2 (dois) anos contra defeitos de fabricação. Caso os prazos de garantia sejam omitidos, serão considerados como sendo de 1 (um) e 2 (dois) anos respectivamente.
 - 4.1.4.1. O INSTALADOR deverá enviar ao Serviço de Engenharia do TST, em Brasília/DF, após o aceite oficial da instalação, uma garantia por escrito, declarando que efetuará, sem despesas, todos os reparos que venham a ser necessário por imperfeição de materiais, equipamentos e mão-de-obra, constatados sob condições normais de uso.
 - 4.1.4.2. Tal garantia é independente dos certificados de garantia dos fabricantes (também fornecidos), e deverá se estender pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de aceitação final dos serviços. Esta garantia cobrirá todo o serviço executado pelo INSTALADOR, fabricantes e eventuais Subcontratadas, se houver. **Qualquer material defeituoso será substituído, isento de despesas.**
- 4.2. O prazo de execução dos serviços de fornecimento e instalação não poderá ser superior a **30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato**. Caso tal prazo seja omitido ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido.
- 4.3. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que o omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.
- 4.4. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 4.5. É facultado ao pregoeiro a solicitação de amostras referentes aos itens do objeto desta licitação para verificação das características, no período de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da reunião.
- 4.6. Solicita-se, sempre que possível, a apresentação de folhetos, prospectos e outros materiais que facilitem a análise dos insumos indicados.

- 4.7. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. A falta desta informação implicará em resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.
- 4.8. Serão desclassificadas aquelas propostas que:
- 4.8.1. Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
 - 4.8.2. Não atendam às exigências deste edital.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Os preços deverão ser cotados em reais e serão irreeajustáveis.
- 5.2. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

6. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação

- 6.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço de interesse do proponente e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão aprovado pelo Decreto n.º 3.555, publicado no DOU de 09/08/2000, e em conformidade com este Edital e seus anexos, na data, local e horário indicados na capa deste edital.
- 6.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do art. 11, inciso IV, do Regulamento acima referido, e para a prática dos demais atos do certame, conforme anteriormente disposto neste Edital.
- 6.3. Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, **em separado**, as propostas de preço e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

*Tribunal Superior do Trabalho
Razão Social da Empresa
Número da Licitação
Data e Hora
Envelope N° 01 - Proposta de Preço*

*Tribunal Superior do Trabalho
Razão Social da Empresa
Número da licitação
Data e Hora
Envelope N° 02 - Documentação*

- 6.4. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, que serão conferidas e rubricadas.
- 6.5. Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.
- 6.6. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciada para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

7. Julgamento das Propostas

- 7.1. Serão proclamados, pelo pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas de menor preço total, definido no objeto deste edital e seus anexos, e as propostas com preços até 10% superiores àquele, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas, conforme disposto no art. 11, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão.
- 7.2. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 7.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 7.4. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de **menor preço** total da proposta.
- 7.5. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.6. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias com base:
 - a) nos dados cadastrais porventura existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;
 - b) na documentação apresentada pelo licitante na mesma sessão, quando for o caso.
- 7.7. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuada **a uma única empresa**.
- 7.8. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital e seus anexos.

- 7.9. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os proponentes presentes.
- 7.10. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.11. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.12. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 7.13. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará, obrigatoriamente, por sorteio.
- 7.14. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 7.15. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.16. **A empresa vencedora obriga-se a fornecer, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão pública de realização do pregão, nova Planilha de Formação de Preços, com os devidos preços unitários e totais.**

8. Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope separado, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado neste edital.
- 8.2. Para participar da presente licitação o licitante deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:
 - a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal;
 - c) qualificação econômica e financeira;
 - d) qualificação técnica;
 - e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.3. A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
 - 8.3.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar

- contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- 8.3.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- 8.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.4. **A regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 8.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.4.3.1. certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- 8.4.3.2. certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda;
- 8.4.3.3. certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- 8.4.3.4. certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.4.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036. de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.4.4.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.
- 8.4.5. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
- 8.4.5.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o pregoeiro proceder a consulta a Base de dados da Previdência, através da Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS nº 207 de 8 de abril de 1999.
- 8.5. **A qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- 8.5.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a **1 (um)**.
- 8.5.2.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), no índice indicado no item anterior, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido mínimo no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.
- 8.5.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) publicados em Diário Oficial ou;
 - b) publicados em jornal de grande circulação ou;
 - c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
 - d) por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN n.º 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6.º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pelo pregoeiro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.
- 8.5.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
- 8.6. **A qualificação técnica** será comprovada mediante:
- 8.6.1 Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação.
- 8.6.1.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa de direito público ou privado, indicando que a empresa presta serviços constantes do objeto.
- 8.6.2. Declaração de Vistoria emitida pelo Serviço de Engenharia, em visita a ser marcada com antecedência através dos telefones 314-4240 ou 314-4350, sendo que **não haverá vistoria sem prévio agendamento e nem vistoria no dia da licitação.**

- 8.6.2.1. As empresas licitantes deverão visitar o local dos serviços, objetivando o conhecimento das dimensões e padrões adotados. Após a vistoria, o licitante receberá uma Declaração de Vistoria, que fará parte da documentação de participação da licitação.
- 8.7. O **cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
- 8.8. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.8.1. Para confirmação da qualificação técnica das empresas o pregoeiro poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.
- 8.8.2. Serão excluídas da licitação, em qualquer tempo, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.
- 8.8.3. Caso a empresa licitante deixe de apresentar alguma certidão expedida por órgão da administração fiscal e tributária solicitada neste edital, antes de realizar o julgamento da documentação poderá o pregoeiro, com a finalidade de suprir a omissão, proceder a consulta através da Internet para verificação de sua regularidade, observado o disposto na legislação pertinente (Lei n.º 10.522/02).
- 8.8.4. Os licitantes **poderão deixar de apresentar os documentos** referentes a **HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL**, desde que **estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.
- 8.8.5. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante que optar por prestar suas informações mediante o SICAF, será confirmada por meio de consulta *on line*, quando da abertura dos envelopes contendo a documentação.
- 8.8.6. Caso o licitante seja inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE nº 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF, aguardando orientação para prosseguimento.
- 8.8.7. Os documentos exigidos neste procedimento poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração, ou cópias simples acompanhadas dos originais para cotejo no ato da apresentação.
- 8.8.8. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 90 (noventa) dias..

- 8.8.9. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.8.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.
- 8.8.11. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição Recursos

- 9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
 - 9.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro, no Setor de Abastecimento e Armazenagem Norte (SAAN), Quadra 3, Lote 915, 2º andar.
 - 9.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 9.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 9.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 9.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.7. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Licitações e Contratos do TST, sito no SAAN Quadra 3, lote 915, 2º andar.
- 9.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após homologado o resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para a assinatura do instrumento contratual correspondente e a retirada da respectiva nota de empenho.
- 10.2. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto 3.555/2000.
- 10.3. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada - como solenidade de tratamento recíproco - ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
 - 10.3.1. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando - a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;
 - 10.3.2. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 10.4. O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto do Tribunal, podendo ser utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive, se preciso, fora do expediente normal de trabalho.
- 10.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.6. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.7. Para segurança do TST quanto ao cumprimento das obrigações, a empresa adjudicatária deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total anual do contrato, atualizável nas mesmas condições daqueles, conforme previsto no artigo 56, § 1º da Lei 8.666/93, por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - b) Fiança bancária;
 - c) Seguro Garantia.
 - 10.7.1. A CONTRATADA deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação de que trata o item 10.1, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme item 18.4 do edital.
- 10.8. É de inteira responsabilidade do adjudicatário a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o TST;

- 10.9. É facultado ao TST, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando o TST rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

11. Vigência do Contrato

- 11.1. O prazo de vigência do instrumento contratual oriundo da presente licitação se inicia na data de sua assinatura, e extingue-se após o término do prazo de garantia ofertado para os serviços executados e materiais empregados, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 11.2. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

12. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 12.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93, modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo ou termo, o objeto da presente licitação será recebido:
- 12.1.1. **provisoriamente**, imediatamente após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações técnicas e a proposta.
- 12.1.2. **definitivamente**, em até 7 (sete) dias úteis.
- 12.2. Após a assinatura do contrato, o TST designará formalmente, conforme o caso, um servidor ou uma comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
- 12.3. Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a reparar, corrigir, reconstituir, reconstruir ou substituir, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, no prazo assinado pela FISCALIZAÇÃO, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

13. Fiscalização da Execução Contratual

- 13.1. A execução das obrigações contratuais integrantes desta licitação serão fiscalizados, conforme o caso, por um servidor ou por uma comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

- 13.2. A contratada só poderá iniciar a obra após **Ordem de Serviço** emitida pelo Serviço de Engenharia do TST.
- 13.3. À fiscalização compete, entre outras atribuições:
 - 13.3.1. Encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à CONTRATADA.
 - 13.3.2. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
 - 13.3.3. Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.
- 13.4. Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo.
- 13.5. Em caso de divergência entre as cotas assinaladas nos desenhos e as das dimensões medidas em escala, prevalecerão sempre, as primeiras.
- 13.6. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

14. Condições de Pagamento

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO, mediante medição, de acordo com a entrega de materiais e execução dos serviços de instalação, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.
 - 14.1.1. Os pagamentos serão efetuados mediante medição, de acordo com a entrega de materiais e execução dos serviços de instalação.
- 14.2. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o mesmo é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.
- 14.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.
- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Do Reajuste dos Preços

- 15.1. Os preços cotados serão fixos e irremovíveis.

16. Obrigações da Contratada

- 16.1. Executar os serviços em prazo não superior ao máximo estipulado no edital e somente após o **recebimento da Ordem de Serviço**. Caso a prestação não seja concluída dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
- 16.2. Prestar o serviço de manutenção durante o período de garantia do serviço executado e do material empregado, respeitando os seguintes prazos:
- 16.2.1 A CONTRATADA deverá atender aos chamados para manutenção no período de garantia, em prazo não superior a 1 (um) dia útil;
- 16.2.2 A CONTRATADA deverá executar o serviço de manutenção no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do atendimento;
- 16.2.3 Caso o atendimento do chamado e/ou a execução do serviço de manutenção não seja realizada dentro do prazo, a Contratada ficará sujeita à multa estabelecida no item 18.3.
- 16.3.** A CONTRATADA deverá apresentar relação de todos os funcionários que terão acesso aos locais onde os serviços serão executados, contendo nome completo e número da Carteira de Identidade dos mesmos, **inclusive do Encarregado responsável que permanecerá no local da obra durante todas as horas do trabalho.**
- 16.4. A CONTRATADA deverá apresentar relação de todos os veículos que terão acesso aos locais dos serviços, contendo os tipos e as placas dos mesmos.
- 16.4.1 O não atendimento ao disposto nos itens 16.3 e 16.4 inviabilizará o acesso dos funcionários da Contratada aos locais de execução dos serviços.
- 16.5. Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedecem às especificações, sob pena de impugnação destes pela Fiscalização.
- 16.6. Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
- 16.7. Entregar os serviços sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades, e ainda com todas as superfícies impecavelmente limpas.
- 16.8. Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-los.
- 16.9. Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

- 16.10. Proceder à substituição, em 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização como deficientes para a execução dos serviços.
- 16.11. Corrigir e/ou reexecutar os serviços e substituir os materiais não aprovados pela FISCALIZAÇÃO, caso os mesmos não atendam às especificações constantes do Edital.
- 16.12. Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte.
- 16.13. Cumprir as medidas de segurança, conforme legislação em vigor.
- 16.14. Usar uniformes e EPIs adequados à execução dos serviços.
- 16.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos, ao patrimônio do TST, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
- 16.16. Executar, diariamente, limpeza dos locais onde está sendo executado o serviço.
- 16.17. Executar limpeza geral, ao final do serviço, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.
- 16.18. Executar serviço nos finais de semana, feriados e horário noturno, sempre que requerido pelo Serviço de Engenharia, por necessidade do TST.
- 16.19. Substituir qualquer funcionário seu, por solicitação da FISCALIZAÇÃO, com presteza e eficiência.
- 16.20. Fornecer, ao final dos serviços, planta " as built" das instalações executadas, entregue em disquete, produzida em AutoCard R-14.
- 16.21. A execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e o transporte de material deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, os serviços do Contratante e o fluxo normal de veículos, observando-se sempre a máxima segurança contra acidentes.
- 16.22. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- 16.23. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 16.24. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação.
- 16.25. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato e do Caderno de Especificações.
- 16.26. A CONTRATADA não será responsável:
 - 16.26.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

- 16.26.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.27. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST

- 17.1. O TST, após a entrega da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Fornecer à Contratada, juntamente com a Ordem de Serviço, os Projetos Básicos ou Croquis necessários à execução dos serviços.
- 17.1.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do TST.
- 17.1.3. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
- 17.1.4. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
- 17.1.5. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato e do Caderno de Especificação.

18. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 18.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão :
- 18.1.1. Advertência;
- 18.1.2. Multa;
- 18.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o TST;
- 18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.2. O atraso no prazo de conclusão dos serviços de fornecimento e instalação implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 18.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens 18.1.3 e 18.1.4 deste edital, como também a inexecução total do contrato.
- 18.3. O atraso no prazo de atendimento ao chamado para serviço de manutenção durante o período de garantia, assim como o atraso no prazo de execução deste serviço, implicará multa

correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.

- 18.3.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos itens 18.1.3 e 18.1.4 desse edital, como também a inexecução total do contrato.
- 18.4. O descumprimento do prazo para assinatura do contrato ou para retirada da nota de empenho, ou a recusa em aceitá-la, implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 2 (dois) anos, a critério da Administração do TST.
- 18.5. As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, da garantia contratual ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 18.6. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação da alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 18.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.
- 18.8. Sempre que não houver prejuízo para o TST, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do TST.
- 18.9. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato.

19. Generalidades

- 19.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48.
- 19.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência da revogação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.
- 19.3. Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto da prestação de serviços, dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.
- 19.4. As amostras porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou

anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TST o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.

- 19.5. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.
- 19.6. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, através do fax (61) 362-5122 ou endereço eletrônico cpl@tst.gov.br. As dúvidas de caráter técnico, podem ser esclarecidas diretamente no Serviço de Engenharia, através dos telefones (61) 314-4240 e 314-4350, entre 9h e 18h.
- 19.7. Esta licitação poderá ser acompanhada através da página do TST na Internet, cujo endereço é <http://www.tst.gov.br>.

Brasília, 05/12/2003.

Fabiano de Andrade Lima
Pregoeiro

**ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE FIRMA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO
DE PISO
LOCAL: CORREDORES DO EDIFÍCIO ANEXO 1, SEDE E ANEXO 2**

I - QUANTIDADES DE MATERIAIS E SERVIÇOS

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES

1.1.1 Remoção de rodapé 367,80 m

1.1.2 Remoção de entulhos vb

2. PISOS

2.1 CARPETE

2.1.1 Fornecimento e instalação de carpete, incluindo remoção do piso existente e regularização do contrapiso 1.133,46 m²

2.1.2 Fornecimento e instalação de testeiras metálicas nas portas de entrada..... 139,00 m

2.1.3 Fornecimento e instalação de rodapés em cerejeira, 7 cm de altura e 2 cm de espessura 367,80 m

3. PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 Prazo para conclusão dos serviços é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato.

3.2 A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após ORDEM DE SERVIÇO emitida por este Serviço de Engenharia, que exercerá a Fiscalização.

3.3 A CONTRATADA deverá executar o serviço nos finais de semana, feriados e horário noturno, sempre que requerido pelo Serviço de Engenharia, por necessidade do TST

II - DOS MATERIAIS E SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS

1. REMOÇÕES

- 1.1 Deverão ser removidos todos os pisos instalados sobre o contrapiso.
- 1.2 O entulho deverá ser removido diariamente do local de serviço e acondicionado adequadamente em containers providenciados pela CONTRATADA.
- 1.3 A retirada e o transporte de todo o entulho e detritos provenientes das remoções serão executados pela CONTRATADA, de acordo com as exigências locais.
- 1.4 As remoções serão efetuadas dentro da mais perfeita técnica, tomados os devidos cuidados de forma a se evitarem danos a terceiros.
- 1.5 Os materiais remanescentes das remoções e que possam ser reaproveitados serão transportados pela CONTRATADA para depósitos indicados pela FISCALIZAÇÃO, desde que não haja outras instruções a respeito.
- 1.6 A distância máxima de transporte desses materiais é de 20 km do local da obra.

2. FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO PISO

- 2.1 CARPETE
 - 2.1.1 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS
 - 2.1.1.1 Textura: " bouclé ".
 - 2.1.1.2 Composição da superfície: 100% polipropileno.
 - 2.1.1.3 Espessura total: 6,5mm , aproximadamente.
 - 2.1.1.4 Bases: primária e secundária 100% polipropileno ou manta asfáltica.
 - 2.1.1.5 Peso do pêlo: μ 650 g/m².
 - 2.1.1.6 Peso total: 4.500 g/m² (!10%).
 - 2.1.1.7 Dimensões: 500 mm x 500 mm, aproximadamente.

- 2.1.1.8 Propriedades: antiestáticas, antiinflamáveis e com garantias de desgaste abrasivo.
- 2.1.1.9 Tráfego: alto, segundo classificação ABRIC.
- 2.1.1.10 Cores: as cores serão definidas pela Fiscalização do TST.

2.2 SERVIÇOS COMPLEMENTARES

2.2.1 PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO

O objetivo deste item é o de determinar os materiais e equipamentos, e orientar para a execução dos serviços, elaborando procedimentos e rotinas para a execução dos mesmos, afim de assegurar o cumprimento dos prazos, a qualidade da execução, a racionalidade, a economia e a segurança tanto dos usuários quanto dos funcionários da contratada.

- 2.2.1.1 A colocação será realizada sem colagem, com controle quadricular, sobre o contrapiso.
- 2.2.1.2 O piso deverá estar seco, nivelado e isento de sujeira, gordura, óleos, tinta, selantes, colas velhas e outras matérias estranhas.
- 2.2.1.3 Os cortes nas placas para acertos no encontro com elementos fixos, tais como tomadas e caixas metálicas nos pisos, e com elementos arquitetônicos (perímetro da área) deverão ser realizados por ferramentas adequadas, segundo recomendação expressa do fabricante.
- 2.2.1.4 Poderá ser utilizada cola ou fita-cola de face dupla para controle de quadrícula de colocação e em certos casos específicos determinados pelo fabricante. O material utilizado deverá ser compatível com o carpete modulado.
- 2.2.1.5 As juntas das placas deverão ser verificadas com frequência durante a colocação, para assegurar um alinhamento correto e encosto firme. As juntas demasiadamente apertadas deverão ser evitadas, porque provocam rugas.
- 2.2.1.6 Deverá ser tomado cuidado especial durante a colocação, de modo que as placas do perímetro não fiquem com menos da metade do seu tamanho, ou seja, 25 cm de largura.

- 2.2.1.7 Onde existirem tomadas de piso as placas deverão ser recortadas e o anel superior de acabamento da tomada ficará sobreposto ao novo piso de forma a se conseguir um perfeito acabamento. A critério da Fiscalização, em algumas áreas estas tomadas de piso poderão ser cobertas pelo novo revestimento, devendo para tanto, se ter os cuidados necessários para que as mesmas fiquem perfeitamente niveladas com o contrapiso e não apresentem protuberâncias sob o novo piso.
- 2.2.1.8 Todos os cortes e emendas deverão ter acabamento primoroso de forma a não se notar onde os mesmos foram feitos.
- 2.2.1.9 Os procedimentos e a técnica para aplicação do produto especificado deverão seguir rigorosamente as recomendações dos fabricantes e as normas técnicas aplicáveis, sendo as instruções estabelecidas nesta especificação consideradas exigências mínimas a serem cumpridas pela firma contratada. O material utilizado deverá ser aprovado pela Fiscalização.
- 2.2.1.10 Remoção de mobiliário, armários, estantes, mesas e recolocação dos mesmos, com acompanhamento de funcionário da unidade onde será executado o serviço.
- 2.2.1.11 Remoção do revestimento de pisos existentes, sempre.
- 2.2.1.12 Execução de correção da superfície do contrapiso existente, com argamassa de cola/cimento, na dosagem correta.
- 2.2.1.13 Onde necessário, será executada a recomposição do contrapiso com argamassa de cimento e areia lavada (sem saibro) no traço 1:3.
- 2.2.1.14 Remoção e reinstalação de todo e qualquer elemento fixo de piso, como espelhos de tomadas, fios de eletricidade, telefone e canaletas existentes.
- 2.2.1.15 Todos os fios que porventura estejam sob o piso existente (eletricidade, telefone, microcomputador) deverão ser reinstalados de forma aparente com canaletas após a instalação do piso novo, ou conforme orientação da Fiscalização.
- 2.2.1.16 Colocação de fita de arremate e/ou testeiras para acabamento e proteção em soleiras e em degraus, respectivamente, principalmente onde houver

o encontro do novo piso com outro tipo de revestimento, em cores que combinem perfeitamente com as cores do piso instalado.

2.2.2 LIBERAÇÃO AO USO

2.2.2.1 A liberação ao trânsito leve de pessoas será feita após 12 horas do término do seu assentamento.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Manter um Encarregado à frente dos serviços, o qual deverá permanecer no local durante todas as horas do trabalho.

3.2 Encaminhar ao Serviço de Engenharia, imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho:

3.2.1 Relação de todos os funcionários que terão acesso aos locais onde os serviços serão executados, contendo nome completo e número da Carteira de Identidade dos mesmos, inclusive do encarregado responsável que permanecerá no local da obra.

3.2.2 Relação de todos os veículos que terão acesso aos locais dos serviços, contendo os tipos e as placas dos mesmos.

3.3 A não apresentação dos dados acima citados inviabilizará o acesso dos funcionários ao local de execução dos serviços.

3.4 Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.

3.5 Corrigir e/ou reexecutar os serviços e substituir os materiais não aprovados pela Fiscalização, caso os mesmos não atendam às especificações constantes do Edital.

3.6 Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por sua guarda e transporte.

3.7 Transportar os materiais especificados, tanto os fornecidos como os existentes, quer seja os excedentes das reformas executadas ou os provenientes do depósito do TST.

3.8 Cumprir as medidas de segurança, conforme legislação em vigor.

- 3.9 Usar uniformes e EPIs adequados à execução dos serviços.
- 3.10 Responsabilizar-se por quaisquer danos, ao patrimônio do TST, causado por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
- 3.11 Executar, diariamente, limpeza dos locais onde está sendo executado o serviço.
- 3.12 Executar limpeza geral, ao final do serviço, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.
- 3.13 Substituir qualquer funcionário seu, por solicitação da Fiscalização, com presteza e eficiência.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 4.1 Fornecer à Contratada, juntamente com a Ordem de Serviço, os Projetos Básicos ou croquis necessários à execução dos serviços.
- 4.2 Permitir que os funcionários da Contratada possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.
- 4.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei no 8.666/93.
- 4.4 Notificar, por escrito, à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.
- 4.5 Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

5. FISCALIZAÇÃO

- 5.1 O TST manterá na obra, engenheiros, arquitetos e prepostos seus, com autoridade para exercer em nome do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da obra e dos serviços contratados.
- 5.2 Em caso de dúvidas quanto à interpretação da especificação e dos desenhos, será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo.

- 5.3 Em caso de divergência entre as dimensões medidas no local e as cotas assinaladas nos desenhos, prevalecerão, sempre, as primeiras.
- 5.4 Os quantitativos cotados nesta Especificação são aproximados, utilizados apenas como indicativos da ordem de grandeza de cada serviço, ficando as firmas licitantes cientes de que estes valores poderão variar para mais ou para menos em relação aos valores por elas calculados.
- 5.5 A Contratada deverá entregar à Fiscalização, antes do início dos serviços, amostras e/ou catálogos com especificações técnicas dos materiais a serem empregados.
- 5.6 Todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão de 1ª qualidade, obedecendo às especificações, sob pena de impugnação dos mesmos pela Fiscalização.
- 5.7 Todos os lotes ou partidas de materiais serão aprovados pela Fiscalização, por comparação às amostras previamente escolhidas e autenticadas. Nenhuma peça, material ou equipamento será aceito sem que tenham sido efetuados satisfatoriamente as inspeções, testes ou ensaios especificados pela Fiscalização.
- 5.8 A aplicação dos materiais industrializados e os de emprego especial obedecerá sempre às recomendações dos fabricantes, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente da má aplicação dos mesmos.
- 5.9 A Fiscalização poderá determinar a substituição dos equipamentos e ferramentas julgados deficientes, cabendo à Contratada providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo de 24 horas.
- 5.10 A obra será entregue sem instalações provisórias e livre de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades, devendo a Contratada comunicar, por escrito, à Fiscalização, a conclusão dos serviços, para que possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.

- 5.11 No caso da Contratada, como resultado das suas operações, prejudicar áreas incluídas ou não no setor do seu trabalho, deverá recuperá-las, deixando-as em conformidade com o seu estado original.
- 5.12 O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiras, etc.
- 5.13 A execução de todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e transporte de material deverão ser feitos de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, os serviços deste Tribunal e o fluxo normal de veículos, observando-se sempre a máxima segurança contra acidentes.

6. DOCUMENTAÇÃO

- 6.1 As empresas licitantes deverão apresentar Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por órgão da Administração Pública ou por entidade da iniciativa privada, que comprovem a execução de serviço da mesma natureza e compatíveis em características e com complexidade igual ou superior ao objeto da licitação, nos quais deverão constar:
 - 6.1.1 Nome do contratante.
 - 6.1.2 Local dos serviços.
 - 6.1.3 Tipo de serviço executado.
- 6.2 Entende-se como serviço de mesma natureza a instalação de piso melamínico em réguas.
- 6.3 Nas propostas deverão constar as marcas, modelos e/ou referências que identifiquem os produtos a serem utilizados, que deverão atender aos requisitos do Caderno de Especificações elaborado por este Serviço. Quando forem de fabricação própria, isto deverá constar claramente da proposta.
- 6.4 As propostas deverão conter planilhas orçamentárias, discriminando item a item, seus respectivos valores unitários e marca dos materiais ofertados, obedecendo o roteiro da discriminação deste objeto.

7. CRITÉRIO DE SIMILARIDADE

7.1 Os materiais e equipamento especificados poderão ser substituídos por outros similares, desde que a comprovação da similaridade seja apresentado à FISCALIZAÇÃO.

8. GARANTIAS

8.1 O INSTALADOR deverá enviar ao Serviço de Engenharia, do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em Brasília - DF, após o aceite oficial da instalação, uma garantia por escrito, declarando que efetuará, sem despesas, todos os reparos que venham a ser necessários por imperfeição de materiais, equipamentos e mão de obra, constatados sob condições normais de uso.

8.2 Tal garantia é independente dos certificados de garantia dos fabricantes (também fornecidos), e deverá se estender pelo prazo de 1(um) ano, a contar da data da aceitação final dos serviços. Esta garantia cobrirá todo o serviço executado pelo INSTALADOR, fabricantes e eventuais SUBCONTRATADAS, se houver. Qualquer material defeituoso será substituído, isento de despesas.

8.3 Os serviços terão garantias mínimas de um ano.

8.4 Os materiais empregados terão garantias mínimas de dois anos ou conforme garantia do fabricante.

8.5 Validade das propostas: 60 (sessenta) dias, no mínimo.

9. PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão efetuados mediante medição, de acordo com a entrega de materiais e execução dos serviços de instalação.

9.2 As Notas Fiscais/Faturas, deverão ser entregues à Fiscalização com a discriminação do material e quantitativos instalados, para o atesto das mesmas.

10. VISTORIAS

10.1 As empresas licitantes deverão visitar o local da obra, objetivando o conhecimento das dimensões e padrões adotados. Após a vistoria, o

licitante receberá uma Declaração de Vistoria, que fará parte da documentação de participação da licitação.

- 10.2 A data e horário da visita deverão ser marcados com antecedência no Serviço de Engenharia, através do telefone 314-4240.
- 10.3 Não haverá vistoria sem prévio agendamento.
- 10.4 Não haverá vistoria no dia da licitação.

11. ANEXOS

- 11.1 Acompanham estas especificações, 1 (uma) planta baixa do Anexo 1, Sede e Anexo 2 e planilha orçamentária para execução dos serviços.

Brasília, 17 de novembro de 2.003

Carlos Ivan Petersen Paredes Jr
Engenheiro Civil STPT
SRENG

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO MELAMÍNICO

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado na Praça dos Tribunais Superiores, bloco D, s/n.º, Brasília, DF, CEP 70097-900, telefone geral (61) 314-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pela Diretora da Secretaria Administrativa, **CLÁUDIA BRUNO CASTELLO BRANCO**.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede no, Brasília, DF, CEP, telefone, fax, doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se:

- I - no Pregão n.º 125/2003, conforme Lei n.º 10.520/2002 e Decreto n.º 3.555/2000;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a) constem no Processo Administrativo TST n.º 120.062/2003-5
 - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações da Lei n.º 8.666/93;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de piso melamínico nos corredores do Edifício Anexo I, Anexo II e Sede, conforme processo administrativo referido na cláusula anterior, edital de licitação e quadro anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MANUTENÇÃO EM GARANTIA

Durante todo o período de garantia dos serviços e dos materiais neles empregados, e sempre que necessário, mediante solicitação da Fiscalização, a Contratada realizará manutenção dos serviços, que compreenderá correção de defeitos ou substituição de material defeituoso, sem qualquer despesa adicional para o Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor total deste contrato é R\$ (.....).

Subcláusula primeira. Os preços unitários e totais estão discriminados na tabela anexa a este contrato.

Subcláusula segunda. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, em até 10 dias úteis após o recebimento definitivo, condicionados à medição, de acordo com a entrega de materiais e execução dos serviços de instalação e apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor, designado para receber o objeto.

Subcláusula primeira. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

Subcláusula segunda. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável no todo ou em parte pelo atraso no pagamento.

Subcláusula terceira. A Contratada deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos, sob pena de retenção do pagamento:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º;

II - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

III - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;

IV - Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e não-reajustáveis nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em/...../.....

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência a partir da data de sua assinatura até o término da garantia dos serviços objeto deste contrato e dos materiais neles empregados.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DO OBJETO

A garantia dos serviços é de 1 (um) ano, e a dos materiais objeto deste contrato é de 2 (dois) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

Subcláusula única. O instalador deverá enviar ao Serviço de Engenharia do Contratante, após o aceite para instalação, termo ou atestado de garantia de 1 (um) ano, contado do recebimento definitivo, pelo qual se obrigue a efetuar, sem despesas adicionais, todos os reparos que venham a ser necessários por imperfeição de materiais, equipamentos ou mão-de-obra, independentemente dos certificados de garantia dos fabricantes.

CLÁUSULA DEZ - DOS PRAZOS

A Contratada deverá obedecer, para execução do objeto deste contrato, aos seguintes prazos:

I - concluir os serviços de instalação em, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato;

II - atender as solicitações para conserto em, no máximo, 1 (um) dia útil, contado da comunicação pelo Contratante;

III- corrigir os defeitos encontrados , no máximo, 2 (dois) dias úteis, contados do início do atendimento.

Subcláusula única. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

CLÁUSULA ONZE - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

I - **provisoriamente**, imediatamente após efetuada cada entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações técnicas e a proposta;

II - **definitivamente**, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

Subcláusula primeira. Os serviços prestados em desacordo com o especificado neste instrumento ou na proposta da Contratada serão rejeitados parcial ou totalmente, e a Contratada fica obrigada a substituí-los no prazo assinado pela Fiscalização, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

Subcláusula segunda. O recebimento provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DOZE - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Os produtos e serviços constantes neste contrato serão fiscalizados por um servidor ou comissão de, no mínimo, 3 (três) servidores do Contratante, doravante denominada Fiscalização, que terá autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

II - verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e a adequação dos procedimentos e materiais empregados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

III - acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar seu recebimento definitivo e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados;

IV - encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à contratada.

Subcláusula segunda. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA TREZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a emendar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

I - executar os serviços nos prazos máximos determinados na cláusula dez e somente após receber a Ordem de Serviço;

II - manter um encarregado à frente dos serviços que permaneça no local durante todas as horas de trabalho;

III - encaminhar ao Serviço de Engenharia do Contratante, imediatamente após a assinatura do contrato, relação de todos os funcionários, inclusive do encarregado responsável, bem como dos veículos que terão acesso aos locais onde serão executados os serviços, com as seguintes informações:

a) nome completo, endereço e cópia da carteira de identidade de cada funcionário;

b) tipo, marca e placa de identificação de cada veículo;

IV - substituir qualquer funcionário seu, quando houver solicitação da Fiscalização, com presteza e eficiência;

V - empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedecem às especificações, sob pena de impugnação destes pela Fiscalização;

VI - transportar todos os materiais especificados, tanto os fornecidos como os existentes, quer sejam excedentes de reformas executadas quer provenientes do depósito do Contratante;

VII - cumprir todas as medidas de segurança exigidas para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor;

VIII - fornecer a seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à limpeza, e ser responsável por sua guarda e transporte;

IX - fornecer a seus funcionários EPIs adequados à execução dos serviços, bem como uniformes, e responsabilizar-se por seu uso obrigatório;

X - obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação;

XI - executar, diariamente e ao final de cada serviço, limpeza dos locais afetados, que deverão ser entregues em perfeitas condições de ocupação e uso;

XII - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços;

XIII - substituir em 24 horas a partir da comunicação os materiais, ferramentas ou equipamentos não aprovados pela Fiscalização, caso não atendam às especificações técnicas.

XIV - obedecer à melhor técnica vigente e enquadrar-se rigorosamente nos preceitos normativos da ABNT, quando da execução dos serviços;

XV - executar todos os serviços complementares julgados necessários à condição de uso satisfatório do local afetado;

XVI - comunicar à Fiscalização, por escrito, a conclusão dos serviços, para que esta possa proceder à vistoria, com vistas a sua aceitação provisória;

XVII - entregar os serviços sem instalações provisórias e livres de entulhos ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades, e ainda com todas as superfícies impecavelmente limpas;

XVIII - recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações, a prejudicá-los;

XIX - responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;

XX - responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

XXI - respeitar o sistema de segurança do Contratante e fornecer todas as informações solicitadas por ele;

XXII - executar todas as etapas do serviço, a mobilização de equipamentos e o transporte de material sem prejudicar a circulação de pessoas, os serviços do Contratante e o fluxo normal de veículos, com a máxima segurança contra acidentes;

XXIII - acatar as exigências dos poderes públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;

XXIV - iniciar os serviços após emissão de ordem de serviço pelo Serviço de Engenharia do Contratante;

XXV - executar serviço nos finais de semana, feriado e horário noturno, sempre que requerido pelo Serviço de Engenharia, por necessidade do Contratante;

XXVI - Fornecer, ao final dos serviços, planta "as built" das instalações executadas, entregue em disquete, produzida em AutoCard R-14.

Subcláusula primeira. O não-atendimento ao disposto no inciso III do *caput* desta cláusula inviabilizará o acesso dos funcionários aos locais de execução dos serviços.

Subcláusula segunda. Não será permitido ao pessoal da Contratada o acesso a áreas dos edifícios que não aquelas relacionadas ao seu trabalho.

Subcláusula terceira. A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste contrato.

Subcláusula quarta. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos funcionários da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- II - fornecer à Contratada, juntamente com a Ordem de Serviço, os Projetos Básicos ou Croquis necessários à execução dos serviços;
- III - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- VI - fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA.

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, as sanções administrativas aplicadas à Contratada serão:

- I - advertência;

- II - multa;
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado no prazo de conclusão dos serviços implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) desse valor.

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula, como também a inexecução total do contrato.

Subcláusula terceira. O atraso injustificado nos prazos de atendimento e de conclusão dos serviços de manutenção em garantia implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) desse valor.

Subcláusula quarta. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.

Subcláusula quinta. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

Subcláusula sexta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula sétima. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula oitava. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração do presente contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DEZESSETE - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZOITO - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA VINTE E UM - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

ANEXO I

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM/ SUBITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	DEMOLIÇÃO / REMOÇÃO				
1.1	1.133,46	m ²	Remoção de Carpetes, rodapés e Piso Formipiso instalados sob o carpete		
1.2	267,55	m ²	Recomposição do contrapiso (demolição e execução de novo contrapiso somente nas áreas necessárias)		
1.3	1,00	vb	Remoção de Entulhos		
2	PISO				
2.1	1.133,46	m ²	Fornecimento e instalação de carpete em placas 50 x 50 cm a definir, conforme especificação.		
2.2	139,00	m	Fornecimento e instalação de testeiras metálicas nas portas de entrada.		
2.3	367,80	m	Fornecimento e instalação de rodapés em cerejeira, 7 cm de altura e 2 cm de espessura.		
2.4	1,00	vb	Limpeza Geral		
3	ADMINISTRAÇÃO				
3.1	1,00	vb	Encarregado, maquinários, etc		
				SUBTOTAL	
				BDI	
				VALOR TOTAL DO CONTRATO	